

UMA NOVA FASE DO CAPITALISMO E UM NOVO PADRÃO DE DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA? – ELEMENTOS PARA UMA INVESTIGAÇÃO

Marisa Silva Amaral*

1. Sobre a configuração de uma nova fase do capitalismo

Diversos analistas têm advogado em favor da idéia de que o capitalismo, desde os anos 1970/1980, vem atravessando mudanças substanciais em sua forma de organização e funcionamento e que, portanto, teria ingressado em uma nova fase. Dentre todas as teses favoráveis a esse argumento, nos são mais caras aquelas que conferem especial importância ao aspecto financeiro das transformações recentes na dinâmica capitalista, já que esta será a espinha dorsal através da qual se desenvolverá o nosso argumento na defesa da proposta de pesquisa aqui articulada.¹

Seguindo essa linha, Duménil e Lévy² apontam que as mudanças fundamentais que determinam as alterações de rumo da economia – isto é, uma revolução técnico-organizacional e alterações nas políticas e nos mecanismos monetários e financeiros, bem como das rendas financeiras –, são comandadas por crises estruturais no sistema e, portanto, já se fizeram presentes em outros momentos históricos do capitalismo, como é o caso, por exemplo, das crises de 1880-1890 e de 1929.

Entretanto, embora haja esse reconhecimento de que aquelas alterações são recorrentes e estão, portanto, “no DNA” da dinâmica de funcionamento do sistema capitalista, os autores percebem que, desde os anos 1980, há um conjunto de novos elementos que devem ser levados em conta e que justificam a noção de “nova fase”. Dentro desse conjunto, talvez os aspectos mais importantes a serem ressaltados sejam: i) as alterações técnico-organizacionais ocorridas em outros momentos estavam assentadas numa ampliação da produtividade do trabalho dada por mudanças nos métodos e na organização da produção introduzidas pelo taylorismo/fordismo; em contrapartida, os processos mais recentes contam com uma mudança guiada pelo avanço das tecnologias da comunicação e da informação e assentada muito mais numa ampliação da produtividade do capital, que, em conjunto com o lento crescimento da produtividade do trabalho, comanda a elevação da taxa de lucro necessária para a superação da crise dos anos 1970; ii) a primeira hegemonia da

* Mestre em Economia pelo IE/UFU e Doutoranda em Economia das Instituições e do Desenvolvimento pelo IPE/FEA/USP. ms.amaral@yahoo.com.br.

¹ O brutal crescimento da riqueza fictícia, analisada com base no estoque mundial de ativos financeiros, relativamente à renda real mundial no período compreendido entre 1980 e 2006 (o PIB mundial cresce 314% enquanto a riqueza financeira mundial aumenta em 1292%, de acordo com dados da *McKinseys Global Institute* e do FMI, elaborados por Leda Maria Paulani, “A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil”. In: *Estudos Avançados*, vol. 23, nº 66, 2009) justifica em grande medida essa nossa adesão e aproximação às teses da financeirização.

² Gerard Duménil e Dominique Lévy. “Superação da Crise, Ameaças de Crises e Novo Capitalismo”. In: François Chesnais et al. *Uma Nova Fase do Capitalismo?* São Paulo, Xamã, 2003.

finança, ocorrida entre o fim do século XIX e a crise de 1929 (e interrompida pelo “compromisso keynesiano” estendido do New Deal até o final dos anos 1970), se caracteriza pela transformação na relação entre o setor financeiro e o produtivo, de modo que “a finança deixou de ser uma simples auxiliar da atividade das empresas e do financiamento de suas transações para tornar-se, então, a encarnação do capital enquanto propriedade, frente ao capital enquanto função” (Duménil & Lévy, op. cit., p. 31). Ocorre que, no caso da segunda hegemonia da finança desenhada nos marcos do neoliberalismo das últimas décadas, além de ser válida essa mesma percepção esboçada por Duménil e Lévy, se apresenta um fato novo que é a constituição de um espaço financeiro internacional, de uma finança sem pátria, sem território, deslocalizada, para usar um termo dos próprios autores, e além disso, caracterizada pela separação entre a propriedade e a gestão do capital, o que fortalece de maneira ainda mais intensa uma mudança profunda nas relações de propriedade capitalista e, conseqüentemente, na repartição das rendas.

Chesnais³ parece compartilhar da mesma percepção apontada por Duménil e Lévy e aprofunda a análise centrando-se na discussão acerca do que seria e como funcionaria um regime de acumulação com dominância financeira, com destaque para a importância assumida pelo capital fictício⁴ e pela conseqüente e recorrente formação de bolhas financeiras ligadas à exacerbação desse tipo de capital. Sua tentativa principal é entender se essa transformação recente é algo estrutural e sistêmico e, portanto, generalizável para a economia mundial como um todo ou se se trata apenas de uma espécie de conjuntura econômica longa.

O autor trata desse regime definindo-o como um regime de acumulação conduzido pela “dominação interna e internacional do capital financeiro” (Idem, ibidem, p. 46), que adquire um significativo poder de se autonomizar em relação à esfera real e que passa a se concentrar nas formas de fundos de pensão e de aplicação financeira que têm por detrás de si um importante aparato institucional – constituído especialmente no decorrer dos últimos 40 anos a partir de um aloucado processo de inovações financeiras – no sentido de garantir a segurança das operações realizadas nesses mercados.

Alguns elementos preliminares nos permitem apontar para a predominância de um regime de acumulação dominado pelas finanças, o que nos aproxima, de início, às teses favoráveis a esse processo, bem como àquelas favoráveis à proposta da “nova fase”.

Marx havia mostrado uma tendência inexorável do sistema à financeirização ou, dito de outra forma, à exacerbação e predominância do capital fictício na economia. Cada qual à sua maneira, Keynes e Kalecki

³ François Chesnais, “A ‘Nova Economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”. In: François Chesnais et. al. *Uma Nova Fase do Capitalismo?* São Paulo, Xamã, 2003.

⁴ Marx tratou exaustivamente sobre o capital fictício (e sua constituição a partir da autonomização das formas sociais do capital) em boa parte do Livro Terceiro de *O Capital*. A este respeito, Paulani (op. cit., p. 5) nota com muita propriedade que “Marx chama de capital fictício tudo aquilo que não é, nunca foi, nem será capital, mas que funciona como tal. Trata-se, em geral de títulos de propriedade sobre direitos, direitos de valorização futura no caso das ações, de renda de juros a partir de valorização futura, no caso de títulos de dívida privados, e de recursos oriundos de tributação futura, no caso de títulos públicos. Em todos esses casos, a valorização verdadeira dessa riqueza fictícia depende da efetivação de processos de valorização produtiva e extração de mais valia, em outras palavras, da contínua produção de excedente e da alocação de parte desse excedente para valorizar o capital fictício”.

foram autores que também visualizaram a economia capitalista como sendo uma economia essencialmente monetária.

Se tomarmos de Bruno⁵ a idéia de que as condições estruturais necessárias para a emergência e estabilidade de regimes de crescimento (ou de acumulação como prefere Chesnais) “(...) *dependem das configurações das grandes áreas da regulação, representadas pelas cinco formas institucionais (a relação salarial; o Estado; o regime monetário-financeiro e as formas da concorrência e de inserção internacional)*”, nos parece absolutamente lícito afirmar que todas as transformações ocorridas na economia mundial – desde as construções teóricas de Marx, Keynes e Kalecki até hoje – em termos da relação salarial, do papel do Estado na economia, do regime monetário-financeiro vigente e das formas de concorrência e inserção internacional dos diferentes grupos de países apontam – ou, pelo menos, abrem espaço – para as tendências há muito desnudadas por aqueles estudiosos.

É possível dizer que, concretamente, o primeiro momento que emblematiza essa nova configuração da acumulação de capital na periferia é a crise da dívida dos países subdesenvolvidos no início dos anos 80. Como é sabido, em função da recorrência ao capital externo durante o período desenvolvimentista na América Latina e da forte entrada desses capitais, fruto da alta liquidez internacional e do processo de “reciclagem dos petrodólares”, o endividamento externo salta para níveis sem precedentes em decorrência da elevação das taxas de juros internacionais. Esta representaria a fase na qual ocorre a primeira alteração do eixo de acumulação na periferia (daí o fato de ser o momento emblemático), já que se rompe com um processo de acumulação produtiva e começa a tomar lugar um tipo de dinâmica calcado na idéia de círculo vicioso a partir da recorrência ao endividamento para dar conta de um endividamento anterior, o que gera nova dívida, nova necessidade de recursos e assim sucessivamente. Deste modo, o movimento de financeirização em nível mundial passa a se generalizar para os países periféricos.

O desenrolar dessa dinâmica culmina com um projeto pautado por regras absolutamente distintas daquelas vigentes até então e tem início o processo de abertura dos mercados e redução do papel do Estado. A abertura comercial empreendida no período apresenta-se, portanto, como uma alteração na forma institucional da regulação representada pelas formas de concorrência, já que a indústria nacional é exposta a um padrão de competição absolutamente desigual em nome da estabilidade monetária. Vale ressaltar que, para Chesnais (op. cit., p. 53), “*o regime de acumulação financeirizado não podia satisfazer-se unicamente com a liberalização da finança*”, sendo a liberalização total das trocas e dos investimentos externos diretos (IED) condição *sine qua non* para o sucesso de tal regime.

Considerando, ademais, que a partir dos anos 1980 e mais fortemente na década de 90, os países periféricos (os latino-americanos, em especial) enfrentam um intenso processo de reestruturação produtiva calcado na idéia da especialização e da reprimarização da economia – em contraposição à industrialização

⁵ Miguel Bruno, “Regulação e Crescimento Econômico no Brasil: um regime de acumulação bloqueado pelas finanças”. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Economia Política*, 5 a 8 de junho, São Paulo, 2007, p. 5, está aqui utilizando os conceitos da escola francesa da regulação, inaugurada por autores como Michel Aglietta, Robert Boyer e Alain Lipietz e fortalecida pelas análises de François Chesnais, Claude Serfati, Catherine Sauviat, dentre outros de igual importância.

diversificada empreendida no período desenvolvimentista anterior⁶ –, temos que a própria forma institucional calcada no tipo de inserção internacional é fortemente alterada, já que a dinâmica dessas economias salta de uma tentativa de industrialização voltada para dentro, para uma espécie de desindustrialização voltada para fora, se é que podemos assim dizer.

Além disso, a forma institucional da regulação representada pelo Estado é também modificada em face dos processos de privatização de empresas estatais, enxugamento da máquina administrativa, dentre outros aspectos que denotam o absoluto afastamento do Estado da atividade produtiva que comandou durante todo o período desenvolvimentista anterior.

Segue-se a este grupo de mudanças, inclusive de forma complementar a elas, a liberalização financeira, acompanhada da eliminação do controle de capitais, na tentativa de permitir o constante fluxo de recursos externos direcionados a essas economias, dada sua permanente necessidade de fechamento das contas externas desequilibradas pelo endividamento e pela intensificação do comércio internacional em sua nova configuração.

Ademais, para a garantia de entrada desses recursos, o receituário conta com a defesa e a exigência de estabilidade monetária. Nesse sentido, é adotado um regime de metas de inflação que tem como instrumento fundamental uma política de juros altos que, no fundo, passam a ser funcionais também no sentido de garantirem uma remuneração atrativa para os capitais especulativos de curto prazo que “passeiam por essas praças”. Deste modo, a política monetária torna-se peça fundamental para a construção de um regime de acumulação financeira, já que eleva os ganhos rentistas, e, com isso, altera-se mais uma forma institucional da regulação, qual seja, aquela representada pelo regime monetário-financeiro, destacando que tal modificação faz com que, assim como reconhece Bruno (op. cit.), a acumulação de capital produtivo perca sua sensibilidade à taxa de lucro, tendo em vista que, por mais que haja recuperação desta taxa, a acumulação produtiva pode não acompanhar esse crescimento, pois volta seus olhos para as possibilidades de valorização dadas pela esfera financeira.

Epstein e Power⁷ e Epstein e Jayadev⁸ apontam também a austeridade fiscal como mais uma lenha na fogueira do processo de financeirização. Os autores mostram que, se por um lado, a redução dos déficits do governo reduz a necessidade de incremento nos seus débitos, o que faz com que, portanto, caiam os pagamentos de juros aos rentistas, por outro lado, as reduções no déficit orçamentário reduzem a pressão

⁶ Jaime Osório, *Crítica de la Economía Vulgar – Reproducción del Capital y Dependencia*. México, Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa, 2004, p. 101, chamou esse proceso de “*el nuevo patrón exportador latinoamericano*”, ou, mais especificamente, “*un nuevo patrón de reproducción del capital, que en sus líneas generales puede caracterizarse como un nuevo modelo exportador*”. Da mesma maneira, Adrián Sotelo Valencia, *Desindustrialización y crisis del neoliberalismo, maquiladoras y telecomunicaciones*. México, Plaza y Valdés-UOM-ENAT, 2004, PP. 97-99, identifica este processo, cunhando os termos “novo padrão de reprodução de capital dependente” e “novo padrão de acumulação dependente neoliberal”, no sentido de qualificar as transformações vividas pelos países latino-americanos a partir do final da década de 70.

⁷ Gerald Epstein e Dorothy Power. *Rentier Incomes and Financial Crises: an empirical examination of trends and cycles in some OECD countries*. Working Papers Series, n° 57. Department of Economics and Political Economy Research Institute (PERI), University of Massachusetts, Amherst, 2003, p. 7.

⁸ Gerald Epstein e Arjun Jayadev. *The Rise of Rentier Incomes in OECD Countries: Financialization, Central Bank Policy and Labor Solidarity*. In: *Financialization and the World Economy*, edited by Gerald Epstein of the Political Economy Research Institute. Forthcoming from Edward Elgar, spring, 2005, p. 9.

sobre a inflação, o que pode contribuir para o incremento na taxa real de juros e, por conseguinte, para uma ampliação nos ganhos financeiros. Cumprem com esse papel as políticas de manutenção de superávits primários por parte da grande maioria dos países latino-americanos nas últimas décadas. Isto denota uma outra face da alteração institucional do papel do Estado, considerando que a sustentação de um resultado primário positivo provoca sufocamento dos gastos públicos e reduz a intervenção do Estado mesmo (ou inclusive) nas áreas que seriam, por definição, de sua responsabilidade, o que significa fundamentalmente perdas sociais, de tal forma que esta esfera – e toda a dinâmica da economia nacional – passa, portanto, a ser subordinada aos interesses e humores do capital financeiro globalizado.

Todas estas colocações delineiam a percepção importante de que os processos de abertura e desregulamentação levam a uma alteração na hierarquia institucional de regulação da economia que valoriza a figura daqueles relacionados ao setor financeiro, relegando o Estado a um mero instrumento garantidor da segurança nacional, dos direitos de propriedade e de um aparato legal que permita a fluidez dos movimentos do mercado. O Estado passa a ser, portanto, uma espécie de garantidor da nova estrutura de regulação e assim o é porque, aparentemente, o jogo de forças que o compõe passa a ser dominado por essa “aristocracia financeira”, cujos interesses assumem caráter de urgência e prioridade.

Isso torna mais robustos os argumentos em favor da financeirização (ou, no mínimo, de uma alteração no regime de acumulação e crescimento), visto que se alteram todas as grandes áreas da regulação representadas pelas formas institucionais acima reproduzidas a partir de Bruno (op. cit.). Portanto, no mínimo, o que se tem é um novo guia ou um novo fator determinante e condicionador da capacidade de crescer (e desenvolver) das economias periféricas. E o que nos leva a crer que esse guia é a própria esfera financeira (ou o grupo rentista) é, afora o anêmico crescimento do produto nos países latino-americanos nas décadas de 80, 90 e na atual, frente a um incremento substancial dos estoques financeiros, a observação assumida por Epstein e Power (op. cit.), Epstein e Jayadev (op. cit.), Gonçalves⁹ e pelo próprio Bruno¹⁰, de que os ganhos financeiros ocorrem em detrimento daqueles referentes ao fator trabalho.

Ademais, se entendemos o processo de financeirização como um processo que *“tende a desenvolver-se toda a vez em que a acumulação de riquezas está assegurada preponderantemente por conversão direta da forma monetária em mais valor sob a forma monetária ou financeira”* (BRUNO, 2007, cit., p. 6), sendo que *“a necessidade de conversão indireta através das alocações produtivas da poupança das famílias e das empresas é reduzida pela detenção de ativos financeiros, por natureza, mais líquidos e de menor risco”* (Idem, ibidem, p. 6) e se, adicionalmente, entendemos o capital financeiro como *“aquele que obtém excedente econômico predominantemente por meio de atividades rentistas e de valorização fictícia do capital produtivo”* (GONÇALVES, 2006, cit., p. 27), considerando que *“a atividade rentista implica*

⁹ Reinaldo Gonçalves. “A dominação do capital financeiro no Brasil”. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 19, dezembro, p. 25-43, Rio de Janeiro, 2006.

¹⁰ Miguel Bruno. *Crescimento econômico, mudanças estruturais e distribuição: as transformações do regime de acumulação no Brasil*. Tese (Doutorado), Rio de Janeiro: IE/UFRJ e Paris: EHESS, 2005.

recebimento de juros, enquanto a valorização fictícia dispensa o processo de produção (via valorização de ações, títulos e derivativos)” (Idem, ibidem, p. 27), nos parece lícito afirmar que todas aquelas alterações apontadas no que diz respeito às formas institucionais de regulação conduzem à interpretação acerca da constituição de um regime de acumulação que tem à sua frente não mais o Estado, mas os grupos rentistas sustentados num regime monetário-financeiro em plena conjunção com seus interesses particulares.

Isto posto, se, de fato, todos aqueles que fazem coro às teses da dominância financeira têm sua proposição confirmada, vem à tona a idéia de que uma economia periférica que tem em sua cabine de comando o setor rentista está sujeita a uma intensa fragilidade financeira e aos impactos de potenciais crises financeiras sempre em germinação num tipo de regime de acumulação como o descrito.

2. Breve recuperação acerca da teoria marxista da dependência

A seção anterior tratou do primeiro eixo teórico-analítico que motiva a discussão aqui proposta. O segundo eixo, que, mais adiante, será associado ao anterior, desenrola-se tendo por base o debate acerca das relações centro-periferia que dá corpo à teoria da dependência.

Este aporte teórico surge num contexto histórico de superação do processo de substituição de importações e emergência do processo de integração da economia mundial intermediado pela hegemonia norte-americana. A proposta era a de construir uma teoria crítica à tradicional “*visão do subdesenvolvimento como uma ausência de desenvolvimento*”, que considerava que o “*‘atraso’ dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam a seu pleno desenvolvimento ou modernização*”¹¹.

A compreensão até então difundida acerca das desigualdades promovidas pelas relações econômicas internacionais girava em torno da idéia de que os países “avançados” se encontravam no extremo superior de um *continuum* evolutivo que se caracteriza pelo pleno desdobramento do aparelho produtivo, ao passo que os países “atrasados” se veriam num estágio inferior de desenvolvimento, com baixa expressão em termos desse desdobramento. O ponto chave é que estas condições de desenvolvimento e as respectivas disparidades entre as nações apenas eram captadas no âmbito quantitativo da questão, sem maior aprofundamento no que diz respeito aos aspectos estruturais que fundamentam estas desigualdades.

Nessas circunstâncias, as idéias centrais defendidas pela teoria da dependência – aparentemente comuns a todas as correntes teóricas que a conformam –, segundo a sistematização elaborada por Blomström e Hettne¹², passam por quatro pontos específicos. O primeiro deles seria a visão de que o subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados. O segundo contempla a idéia fundamental de que desenvolvimento e subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal. O terceiro aspecto refere-se ao fato de que o subdesenvolvimento

¹¹ Theotônio dos Santos. *A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 21.

¹² Magnus Blomström & Bjorn Hettne. *La teoría del desarrollo en transición*. México, Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 15.

não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista. Por fim, o quarto ponto inclui o fato de que a dependência não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna, nos âmbitos social, ideológico e político.

Em sua vertente mais crítica – denominada teoria marxista da dependência (TMD) – representada por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, André Gunder Frank e outros, a visão é a de que, no âmbito do processo de integração das economias nacionais ao mercado global, as relações de produção são desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras. As relações tradicionais são baseadas no controle do mercado por parte das nações hegemônicas e isto leva à transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes, tanto na forma de lucros quanto na forma de juros, ocasionando a perda de controle dos dependentes sobre seus recursos. E a geração deste excedente não se dá, nos países periféricos, por conta da criação de níveis avançados de tecnologia, mas através da superexploração da força de trabalho¹³.

Desenvolvendo melhor o argumento, Marini¹⁴ esclarece que a acumulação de capital no interior dos países dependentes assume características próprias. Em primeiro lugar, ela é caracterizada, em nível doméstico, pela existência de um mercado de trabalho barato, combinado com uma tecnologia capital-intensiva. O resultado, sob o ponto de vista da mais-valia relativa, é uma violenta exploração da força de trabalho, que se dá justamente como consequência de relações desiguais em termos do intercâmbio entre nações dependentes e centrais e dos mecanismos de transferência de valor reforçados por relações dessa natureza. Ocorre que o resultado imediato destes mecanismos é uma forte saída estrutural de recursos, que traz consigo graves problemas de estrangulamento externo e restrições externas ao crescimento. E a única atitude que torna possível às economias periféricas garantir sua dinâmica interna de acumulação de capital é o aumento da produção de excedente através da superexploração da força de trabalho, “*o que implica no acréscimo da proporção excedente/gastos com força de trabalho, ou, na elevação da taxa de mais-valia, seja por arrocho salarial e/ou extensão da jornada de trabalho, em associação com aumento da intensidade do trabalho*”¹⁵. Ou seja, a dinâmica do intercâmbio desigual culmina em superexploração e não em estruturas capazes de romper com os mecanismos de transferência de valor, e isto implica necessariamente uma distribuição regressiva de renda e riqueza e em todos os agravantes sociais já conhecidos deste processo.

Tratando especificamente o tema da superexploração do trabalho, Marini (2000, cit.) nos mostra que sua ocorrência se dá em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre as economias

¹³ Ruy Mauro Marini. *Dialéctica de la dependencia*. México, Ediciones Era, 1991. Como será discutido mais adiante, a categoria “superexploração do trabalho” foi desenvolvida por Marini no sentido de apontar para uma característica própria e definidora da condição dependente. Trata-se da “violação” do valor da força de trabalho como consequência da necessidade de intensificar a acumulação de capital na periferia, considerando o fato de que esse processo é comprometido pelas remessas de excedentes para o exterior dadas pelo tipo de inserção externa dessas economias no mercado mundial. Retomaremos este ponto com mais cuidado na sequência.

¹⁴ Ruy Mauro Marini. *Dialéctica da dependência*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2000.

¹⁵ Marcelo Dias Carcanholo. “Dialéctica do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento”. In: *Anais do IV Colóquio Latino-americano de Economistas Políticos*, 31 de outubro a 02 de novembro, São Paulo, 2004, p. 11.

periférica e central, levando a que a mais-valia produzida na periferia seja apropriada e acumulada no centro. Configura-se, assim, uma espécie de “capitalismo incompleto” na periferia (aquilo que Marini chamou de “capitalismo *sui generis*”), justamente porque parte do excedente gerado nestes países é enviada para o centro – na forma de lucros, juros, patentes, *royalties*, deterioração dos termos de troca, dentre outras –, não sendo, portanto, realizada internamente. Então, os mecanismos de transferência de valor provocam, digamos assim, uma interrupção da acumulação interna de capital nos países dependentes que precisa ser completada e, para tanto, mais excedente precisa ser gerado. E esta expropriação de valor só pode ser compensada e incrementada no próprio plano da produção – justamente através da superexploração – e não no nível das relações de mercado, por meio de desenvolvimento da capacidade produtiva. Em outras palavras, “*a apropriação de mais-valia de um capital por outro não pode ser compensada pela produção de mais-valia mediante a geração endógena de tecnologia pelo capital expropriado, estabelecendo-se, de maneira irrevogável, a necessidade da superexploração do trabalho*”¹⁶.

A categoria superexploração do trabalho é, portanto, específica do tipo de desenvolvimento periférico e, conforme já antecipado, refere-se à “violação” do valor da força de trabalho nessas economias como consequência direta das relações desiguais em termos de intercâmbio às quais são submetidas¹⁷. Sua ocorrência se daria sob quatro formas principais¹⁸ – atuando de maneira isolada ou combinada: i) o aumento da intensidade do trabalho; ii) a prolongação da jornada de trabalho; iii) a apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador então convertido em fundo de acumulação capitalista, isto é, a queda nos salários a um nível inferior àquele correspondente ao valor da força de trabalho; e iv) a ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal.

Feita esta breve recuperação acerca da dinâmica de acumulação no interior das economias periféricas, torna-se possível distinguir em seu interior três formas históricas de dependência.¹⁹ A primeira delas seria a dependência colonial, com tradição na exportação de produtos *in natura* e na qual o capital

¹⁶ Carlos Eduardo Martins. “Superexploração do Trabalho e Acumulação de Capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência”. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 5, dezembro, pp. 121-138. Rio de Janeiro, 1999, p. 128.

¹⁷ Vale mencionar que Jaime Osório. “Dependência e superexploração”. In: Emir Sader e Theotônio dos Santos (Coord.); Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia (Org.) *A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*, São Paulo, Boitempo, 2009, além de compartilhar da idéia de que a superexploração do trabalho envolve a violação do valor da força de trabalho, complementa que esta é uma categoria que tem sido exportada para os países do centro, tese com a qual parece concordar Adrián Sotelo Valencia. “Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial”. In: Emir Sader e Theotônio dos Santos (Coord.); Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia (Org.) *A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*, São Paulo, Boitempo, 2009. Estas interpretações apontam para a necessidade de retomar e reexplicar o próprio conceito de superexploração, bem como as extrapolações possíveis desse conceito para além daquele que o toma como uma categoria específica dos países periféricos.

¹⁸ As três primeiras formas de superexploração são apreendidas diretamente de Marini (2000, cit.). A quarta forma representa um avanço possível em relação às anteriores e está relacionada à idéia de que a determinação do valor da força de trabalho é histórico-social e, com o avanço das forças produtivas e, portanto, das necessidades humanas, esse valor sobe e, se não é pago integralmente, temos uma nova forma de superexploração do trabalho.

¹⁹ Essa distinção foi feita a partir de Theotônio dos Santos. “The structure of dependence”. In: *American Economic Review*, New York, maio, 1970.

comercial e financeiro, em aliança com os estados colonialistas, domina as relações entre a Europa e as colônias. A segunda seria a dependência “financeiro-industrial” que se consolida ao final do século XIX, sendo caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos, cuja expansão se dá por meio de investimentos na produção de matérias-primas e produtos agrícolas para seu próprio consumo. Conseqüentemente, a produção nos países dependentes é destinada à exportação, isto é, a produção é determinada pela demanda por parte dos centros hegemônicos. A estrutura produtiva interna é caracterizada pela rígida especialização e pela monocultura em algumas regiões.

Na década de 50, se consolida uma terceira forma histórica da dependência, a tecnológico-industrial, baseada nas corporações multinacionais que investem na indústria voltada para o mercado interno dos países subdesenvolvidos. Neste caso ocorre que a possibilidade de gerar novos investimentos depende da existência de recursos financeiros em moeda estrangeira para a compra de maquinaria não produzida domesticamente. Esta compra é sujeita a duas limitações: i) o limite de recursos gerado pelo setor exportador;²⁰ e ii) as limitações de monopólios e patentes. Ocorre que os países subdesenvolvidos dependem da importação de maquinaria e matérias-primas para o desenvolvimento de suas indústrias. No entanto, estes produtos não são livremente vendidos no mercado internacional. Eles são usualmente patenteados por grandes companhias que exigem pagamento de *royalties* para sua utilização ou, na maioria dos casos, elas convertem esses produtos em capital e os introduzem na forma de seus próprios investimentos, através da instalação de afiliadas. Isto faz com que as contas de capital sejam fortemente desfavoráveis para os países dependentes, tendo em vista que o montante de capital que sai destes países (através dos gastos já citados ou pelo envio de lucros) é muito maior do que o montante que neles entra. (DOS SANTOS, 1970, cit.)

3. Definição da agenda

A questão que se coloca é: considerando corretas as teses favoráveis à constituição de uma nova fase do capitalismo, com destaque para a importância histórica assumida pela valorização fictícia do capital especialmente a partir dos anos 1970-1980, nos parece que se constitui, nesse mesmo momento, uma nova forma histórica da dependência, aquela que seria sua quarta forma histórica, caracterizada pelo acréscimo da vulnerabilidade externa estrutural²¹ combinada a uma situação de intensa fragilidade financeira, ambas como resultado imediato da “*excessiva abertura financeira e falta de controle da mobilidade de capitais*”²² e também do tipo de inserção externa das economias latino-americanas, em cuja pauta de exportações predominam as *commodities* e/ou produtos industriais de baixo valor agregado.

²⁰ A primeira conseqüência desta dependência é a preservação deste setor tradicional, que limita economicamente o desenvolvimento do mercado interno pela conservação de relações de produção retrógradas e isto significa, politicamente, a manutenção de poder por parte das oligarquias tradicionais decadentes.

²¹ A vulnerabilidade externa aparece como uma conseqüência da fragilidade financeira e pode ser identificada, por exemplo, quando uma economia apresenta baixa resistência a uma possível fuga de capitais.

²² Luiz Filgueiras. “Superávit Versus Redução da Dívida”. In: *Jornal dos Economistas*, nº 197, pp. 5-6, dezembro. Órgão Oficial do CORECON-RJ e SINDECON-RJ. Rio de Janeiro, 2005, p. 6.

O calor das discussões e avanços ocorridos nos anos 60 acerca do tipo de desenvolvimento específico vivido pelos países latino-americanos rendeu uma análise importante de Caputo e Pizarro (1975)²³ envolvendo o intercâmbio desigual no nível do comércio internacional, por meio do levantamento de informações referentes aos Investimentos Externos Diretos (IED) direcionados a esses países. Tal contribuição representou uma espécie de reforço àquelas considerações desenvolvidas no plano teórico pelos dependentistas, dentre os quais os próprios Caputo e Pizarro se incluem.

Entretanto, esta análise nos parece insuficiente para dar conta do contexto atual, de modo que as três formas históricas de dependência reconhecidas naquele momento pelos pensadores que participaram dessa construção carecem de atualização. Mais do que isso, parece que se constitui uma quarta forma histórica de dependência sob a égide e o comando daquele que parece ser o fator distintivo desta nova fase do capitalismo em relação às anteriores: a forte “*generalização do movimento especulativo do capital*”²⁴ ou, conforme se convencionou chamar na literatura recente, a presença de um intenso processo de financeirização da economia, que se exacerba ao ponto de tornar a lógica especulativa predominante sobre a lógica produtiva, isto é, ao ponto de o capital produtivo se subordinar e passar a ser conduzido pelo capital fictício, tal como definido por Marx.

Sendo assim, o problema que se apresenta é o de como se estabelece a dependência dada essa nova configuração do capitalismo, essa sua nova fase ou esse novo e peculiar momento histórico. Mais do que isso, cabe questionar qual o papel da periferia nesse contexto: se de fato se apresenta como uma plataforma de valorização financeira ao mesmo tempo em que atua no sentido de fornecer substância “real” a esta valorização através da geração de mais-valia pela exploração do trabalho, tal como sugerem respectivamente as análises de Paulani e Pato²⁵ e Chesnais (2003, cit., p. 67).

Com isso, estabelece-se o laço entre a esfera financeira e a esfera produtiva, apontando no sentido oposto às críticas que muitos marxistas têm feito em relação à idéia de que as teses da financeirização perdem de vista ou deixam escapar as relações sociais e a própria teoria do valor trabalho. Fica, de antemão, evidente a percepção de que a valorização fictícia depende da criação de valor na esfera produtiva.

Toda essa análise nos permitirá verificar se a teoria marxista da dependência ainda consegue explicar o desenvolvimento periférico e se as categorias desenvolvidas por Marini em seu corpo teórico são válidas dentro desse novo contexto.

²³ Orlando Caputo e Roberto Pizarro. *Imperialismo, Dependencia y Relaciones Económicas Internacionales*. Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1975.

²⁴ Reinaldo Carcanholo e Paulo Nakatani. *O Capital Especulativo Parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização*. Disponível em: <http://sites.uol.com.br/carcanholo>, 1999, p.1.

²⁵ Leda Maria Paulani e Christy Ganzert Pato. “Investimentos e Servidão Financeira: o Brasil do último quarto de século”. In: João Antônio de Paula (Org.) *Adeus ao Desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.